



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

**ATA DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO**

**LOCAL:** 8º andar da SES

**DATA:** 17 de outubro de 2019

**HORÁRIO:** 09h

**PRESENTES À REUNIÃO**

SES: Lourdes de Costa Remor (CIB), Carmem Delziovo (SUG, Helma Finta Uba (GEPRO), Ramon Tartari (SUR), Hanna Karine S. Jacques (GECOS), Marcus Aurélio Guckert (GEARS), Dulce C. Quevedo (GPLAN), Laureci Aniceto (SUH), Grace Ella Berenhauser (GECOIA).

COSEMS: Odair José G. (Seara), Monica Daniele Pasold Ribodi (Jaraguá do Sul), Elisabeth R. E. Bachmann (Jaraguá do Sul), Rodrigo Andrioli (Joinville), Márcia Adriana Cansian (Botuverá), Fábio Antônio de Souza (COSEMS), Lilian Venâncio Nolla da Silva (Araranguá), Mariana Itamaro Gonçalves (Florianópolis), Gidião Barros (COSEMS), Lorenna Baião Vieira (Florianópolis), Katuscia G. Pereira (Florianópolis), Manuel R. Del Olmo (São Bento do Sul), Uiara Rautenberg Silva (Blumenau), Rúbia Hardt (Blumenau), Alessandra Maass (Brusque), Ana Claudia Machado (Brusque), Carina Canton (Florianópolis), Mychelle Melo Cardoso (Macro Fpolis), Suzana Belt (Chapecó), Leandro Fernandes Maffer (Criciúma), Maria do Carmo Reis Somara (Criciúma), Maristela Bisognin Santi Rocha (Chapecó), Marcelo Irineu Miles (Itajaí), Edenice Reis da Silveira (Florianópolis), Simone Hoffmann Maioto Santana (Tubarão), Patrícia Figueiredo Marcon (Tubarão), Leslie Lia Hermes T. (São Bento do Sul), Karin Cristine Geller Leopoldo (São João Batista).

**COORDENAÇÃO DA REUNIÃO:** Márcia Cansian

**PAUTA**

1. Encontro de Contas de Cirurgias Eletivas de maio/2019;
2. Encontro de Contas da Oncologia de abril, maio e junho/2019;
3. APAEs (reavaliação das 23 APAEs);
4. Deliberação 140/2017: pagamento de OPME;
5. Transportes de pacientes: falta de ambulância para transporte na alta hospitalar (SUH);
6. Plano da Cardiologia.

**1. PLANO DE CARDIOLOGIA**

Carmen Delziovo, Superintendente de Planejamento da SES, informa com relação ao Plano de Cardiologia apresentado na última reunião da CIB que foi reorganizado o mapa da cardiologia por critérios geográficos, por solicitação de alguns municípios. O novo desenho traz como habilitação de Caçador. A segunda questão



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

45 colocada por Carmen refere-se ao recurso e que não existe recurso novo. Para  
46 habilitar serviço novo é necessário remanejar recurso. Manuel Del Omo, SMS de  
47 São Bento do Sul, refere que Mafra possuía pouca demanda, porque os pacientes  
48 iam para o Hospital Angelina Caron no Paraná. Agora, só aceitarão pacientes de  
49 SC se passarem pela regulação do PR. Com isso, sugere Manuel Del Omo que a  
50 demanda para Mafra irá aumentar significativamente. Marcus Guckert, Gerente de  
51 Redes da SES, informa que irá aumentar a demanda para a Blumenau em função  
52 do novo desenho, que Brusque, Botuverá e Guabiruba iam para a Foz e agora irão  
53 para Blumenau. Cita que há uma solicitação de habilitação para Jaraguá do Sul.  
54 Carmen Delziovo lembra que há problemas com a produção em Rio do Sul e  
55 Mafra. Hanna Barcelos, Gerente de contratualização, informa que o MS exige que  
56 habilite também a vascular. Carmen Delziovo informa que Caçador fará a linha de  
57 cuidado completa. Para compor a endovascular de Xanxerê será remanejado de  
58 alguns lugares. E como remanejar recurso de serviço que possui fila de espera.  
59 Rodrigo Andrioli de Joinville, com relação a serviços novos, sugere que o Estado  
60 complemente ou não habilite. Márcia Cansian, SMS de Botuverá sugere, para este  
61 momento, habilitar Caçador e remanejar de Xanxerê.

62 **Encaminhamentos:** Habilitar com remanejamento de teto e estudar a vascular,  
63 que não possui parâmetro mínimo. O desenho fica aprovado e ficam para resolver  
64 as questões de Blumenau. A proposta 2 aprovada em CIB fica para ser ratificada  
65 em dezembro.

66

67 **2. ENCONTRO DE CONTAS DE CIRURGIAS ELETIVAS (MAIO/2019)**

68 Grace Ella Berenhauser, Gerente de Controle e Avaliação da SES, apresenta o  
69 encontro de contas das cirurgias eletivas referentes a maio de 2019. Como o  
70 material foi encaminhado em cima da hora, os membros da C.T. concordam em  
71 levar para aprovação na CIB e realizar os ajustes que forem necessários. Fábio de  
72 Souza, Assessor do Cosems, lembra que a SES não fez os pagamentos de set. a  
73 dez. de 2018 e não dá mais para esperar esse pagamento. Os representantes dos  
74 municípios solicitam que a SES realize esses pagamentos de setembro a  
75 dezembro de 2018. Fábio de Souza cita que ficou acordado na CIB, que ao sair a  
76 base de dados, a SES faria o encontro de contas. Grace esclarece que esse  
77 acordo é para vigorar a partir da competência de setembro de 2019, sem  
78 possibilidade de reprocessar. Cita que a campanha de cirurgias eletivas passada  
79 continua a metodologia aprovada do processamento de 3 meses. Grace esclarece  
80 ainda que a partir da competência setembro fará por meio de quadro, logo ao sair  
81 a base de dados. Uiara Rautenberg Silva (Blumenau) e Rodrigo Andrioli (Joinville)  
82 estão cobrando a produção excedente que o Ministério da Saúde não pagou. Uiara  
83 cita que o MS pagou desigualmente, a menos para quem produziu a mais e mais  
84 para quem produziu menos. Não sabe que critérios o MS utiliza. Grace informa que  
85 a SES não se comprometeu a pagar a produção excedente da campanha federal.  
86 Possuem produção excedente para receber: Joinville, Blumenau e Florianópolis.  
87 Katuscia G. Pereira (Florianópolis) cita que a produção deve ser organizada pela  
88 SES, segundo o Ministério da Saúde. Edenice da Silveira (Florianópolis) lembra  
89 que o apresentado pela Grace é a complementação da SES, do prêmio. O  
90 excedente maior é do MS e que é difícil realizar cirurgias eletivas assim, sem  
91 garantias. Grace menciona os R\$ 6.000.000,00 previstos para pagar a campanha  
92 de setembro a dezembro de 2019. Esse é recurso MAC e do Fundo dos



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

93 Filantrópicos. Se sobrar dessa campanha, Grace cita que poderão ser pagos para  
94 trás, retroativos. Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, refere que  
95 terá que ser limitado o número de cirurgias. Manuel Del Omo, SMS de São Bento  
96 do Sul, informa que em seu município banca com recursos próprios muitas  
97 cirurgias e procedimentos. Edenice cita que esse é um problema de todos e não  
98 somente da SES/Estado. Ramon Tartari verificará o pagamento de setembro a  
99 dezembro de 2018 que a SES deve aos municípios.

100 **Encaminhamentos:** Levar como informe na CIB sobre o pagamento de 2018.  
101 Levar para CIB documento com produção da Ses e Cosems com produção dos  
102 municípios. Márcia lembra que, se sobrar recurso da campanha de setembro a  
103 dezembro de 2019, poderá ser utilizado para pagar atrasados de cirurgias eletivas.

104

105 **3.ENCONTRO DE CONTAS DA ONCOLOGIA (ABRI, MAIO E JUNHO DE 2019)**

106 Grace apresenta o encontro de contas da oncologia referente aos meses de abril a  
107 junho de 2019. Abril de 2019 foi concluído o teto antigo, desde atualização da PPI  
108 Hospitalar em 2018. Maio e junho de 2019 foi o teto da média de produção do  
109 segundo semestre de 2018 + 10%. Leslie Lia Hermes (São Bento do Sul) que a  
110 SES sempre tem tirado teto de São Bento do Sul. Edenice esclarece a Leslie que a  
111 regra é assim: se não alcançou a produção é retirado do teto. Leslie informa que o  
112 serviço de São Bento do Sul foi habilitado em maio de 2018. Manuel Del Omo  
113 informa que maio e junho/2018 não havia produção em oncologia, pois não havia  
114 no sistema para encaminhamento à São Bento do Sul e os pacientes foram  
115 encaminhados para Porto União. Leslie cita que a sobra está sendo utilizada na  
116 PPI Hospitalar, considerando que é recurso MAC. Katuscia G. Pereira  
117 (Florianópolis) questiona sobre a nova portaria, que os novos códigos da  
118 radioterapia aparecem no TABNET somente em junho de 2019. Helma Finta Uba,  
119 Gerente de Processamento da SES, cita que o CEPON também teve problemas,  
120 mas que, se a produção foi aprovada no SIA, deveria aparecer no TABNET. Com  
121 relação a São Bento do Sul, Karin Geller, SMS de São João Batista, se o serviço  
122 está habilitado a mais de um ano, deveria estar programado para cirurgias,  
123 radioterapia e quimioterapia que são os procedimentos do encontro de contas. Cita  
124 também que não há como retirar o recurso da Onco para a PPI como foi citado.  
125 Fica acordado para radioterapia, que se não houver o ajuste pelos municípios para  
126 maio de 2019, a SES fará encontro de contas na próxima C.T. de Gestão. Grace  
127 Ella Berenhauser refere que fará uma nova tabulação para a próxima CIB. Rio do  
128 Sul solicita o encontro de contas de janeiro a março de 2019 por falta de base de  
129 dados. Não ficou aprovada essa solicitação.

130 **Encaminhamentos:** Levar para aprovação na CIB o encontro de contas de abril a  
131 junho de 2019. E rever na próxima C.T. a radioterapia se a produção não aparecer  
132 em maio de 2019 em função dos novos códigos.

133

134 **4.APAE**

135 Grace lembra o que ficou pactuado na última CIB em que ficaram 23 APAEs para  
136 rerepresentar a produção que estava zerada ou insuficiente. Grace informa que 08  
137 APAES conseguiram apresentar produção. Serão habilitados os Municípios de  
138 Santa Rosa do Sul, Jaguaruna e Sangão. Depois desses, não serão mais  
139 habilitados serviços. Grace e Fábio do Cosems farão uma nova revisão da  
140 produção.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

141 **Encaminhamentos:** Levar para a CIB para aprovação de Santa Rosa do Sul,  
142 Jaguaruna e Sangão.

143

144 **5.DELIBERAÇÃO 140/2017: PAGAMENTO OPME**

145 Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, com relação ao ofício sobre  
146 a suspensão temporária do pagamento da Deliberação 140/2017, esclarece que a  
147 suspensão é temporária e não negativa de pagamento. Os pagamentos serão  
148 realizados. Mas, que essa Deliberação não contempla as boas práticas, não exige  
149 nota fiscal nem rastreabilidade. Ramon CTA que, quando iniciaram as  
150 autorizações, as solicitações de cobranças aumentaram geometricamente. A  
151 intenção da suspensão temporária é melhorar a Deliberação 140/2017 Manuel Del  
152 Omo refere que as auditorias dos municípios deveriam verificar isso. Cita cita que a  
153 próteses importadas são mais caras, mas, nem sempre são as melhores. Ramon  
154 Tartari lembra que deve ter evidências científicas para utilização da prótese.  
155 Edenice da Silveira informa que Florianópolis encaminhou à SES as próteses para  
156 pagamento e a SES recusou o pagamento. E cita que a utilização das próteses  
157 estavam de acordo com a fala do Superintendente de Regulação. Ramon esclarece  
158 que não é necessário interromper as atividades e sim exigir documentação  
159 comprobatória. A Deliberação 140/2017 será reformulada e o pagamento será  
160 realizado com a documentação apresentada. Karin Geller refere que a Deliberação  
161 140/2017 deve ser respeitada até a sua reformulação e nova aprovação. Ramon  
162 reforça que o pagamento está adiado. Karin Geller cita que Ramon Tartari está  
163 atrelando novas regras a Deliberação 140/2017. Márcia Cansian sugere que  
164 Ramon reescreva o ofício para que fique mais claro o adiamento do pagamento.  
165 Ramon reforça que a Deliberação 140/2017 é válida.

166 **Encaminhamentos:** Ramon Tartari reescreverá o ofício como sugerido e se for  
167 necessário, se fará auditoria nas solicitações. Ramon esclarece que tudo que for  
168 auditado e estiver de acordo será pago. Apresentar na C.T. a reformulação da  
169 Deliberação 140/2017.

170

171 **6.TRANSPORTE DE PACIENTES**

172 Laureci Aniceto (SUH) coloca sobre as dificuldades de transporte de pacientes com  
173 alta hospitalar e de hemodiálise. Márcia Cansian lembra que a responsabilidade  
174 com o usuário é do município. Márcia cita que o hospital deve programar a alta  
175 para facilitar esse transporte. Márcia cansian sugere que o Cosems encaminhe  
176 ofício para os municípios sobre o transporte do paciente de alta hospitalar e da  
177 hemodiálise. Karin Geller chama atenção que no Manual do TFD faltou especificar  
178 sobre o transporte sanitário. E, cita que há hospitais que dão alta ao paciente meia  
179 noite ou outros horários bastante inacessíveis para o município buscar o paciente.  
180 Questiona: se o HGCR transferir um paciente para o IPQ. Quem leva esse  
181 paciente? Márcia Cansian concorda que o Manual do TFD deva ser atualizado,  
182 mas pensa que o município deva ser chamado atenção, sobretudo, no transporte  
183 de paciente da hemodiálise. Márcia solicita À SUH que informe o Cosems, os  
184 municípios que apresentam problemas com o transporte.

185

186 **7.CONSÓRCIO**

187 Márcia Cansian informa que deveria ter sido realizada uma reunião sobre Consórcio  
188 no dia de ontem (16 de outubro) e não foi possível por impossibilidade de



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

189 participação de vários representantes dos municípios. Carmem Delziovo informa  
190 que haverá uma reunião no CONASS no dia 1º de novembro de 2019 com todos os  
191 estados. OCONASS está buscando encontrar uma fórmula de cadastrar o consórcio  
192 administrativo no CNES e apresentar a produção. Carmem cita, com relação a  
193 sugestão de realizar uma reunião no dia 22 de outubro, será impossível, pois nesse  
194 dia a SES apresentará a política hospitalar na ALESC e a tarde haverá o seminário  
195 da atenção primária com o CONASESMS. Carmem cita ainda que não há  
196 disponibilidade dos R\$ 30.000.000,00 citados pelo Cosems. Manuel Del Omo  
197 lembra que os municípios gastam muito com consórcio enquanto a SES deixa de  
198 pagar. Carmen reforça que a SES não possui recurso para disponibilizar aos  
199 consórcios. Por fim, Carmem solicita aos municípios que estão em gestão plena que  
200 informem à SES sobre um questionário encaminhado para a nova contratualização.  
201 Que o Cosems encaminhou esse ofício com 03 questões aos municípios que  
202 possuem hospitais. Karin Geller informa que não recebeu esse ofício do Cosems.  
203 Carmem cita que um maior prazo poderá prejudicar a contratualização. Concordado  
204 em conceder um novo prazo até 25 de outubro para os hospitais informarem ao  
205 Cosems.

206  
207

**LOURDES DE COSTA REMOR**  
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite